

Camila Moreira Maia ¹ Idilva Maria Pires Germano ²

Resumo

Os incentivos à Economia Solidária concedidos nos últimos governos federais (2002 – 2013) têm fomentado formas de ser, de (inter)agir e de representar que, apesar de posicionarem o trabalho coletivo solidário como uma alternativa ao capitalismo, estão em consonância com ordens de discurso que legitimam e justificam esse mesmo modo de produção. Este trabalho visa compreender de que forma discursos de trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários ajudam a reproduzir a ordem social característica do atual período do capitalismo (a partir de 1970). Foram analisados discursos de trabalhadores do Assentamento Coqueirinho (Ceará), obtidos através de entrevistas e de observação participante, mediante estratégias baseadas na Análise de Discurso Crítica (ADC) desenvolvida por Fairclough (2001; 2003; 2005) e Fairclough e Chouliaraki (1999) e elementos da Nova Sociologia do Capitalismo de Boltanski e Chiapello (1999). A análise revela que, apesar de criticarem o capitalismo, os discursos dos trabalhadores funcionam de modo a reproduzir formas de representação, de interação e de identidade características do regime de justificação do novo espírito do capitalismo.

Palavras-chave: Economia Solidária; Novo Espírito do Capitalismo; Análise de Discurso Crítica.

Abstract

Incentives for Solidarity Economy issued during the last Brazilian federal governments (2002 - 2013) have fostered forms of being, (inter)acting and representing that, whilst positioning collective solidarity work as an alternative to capitalism, are in line with orders of discourse that legitimize and justify the same mode of production. This work aims to understand how discourses of collective solidarity enterprises' workers contribute to reproducing the social order characteristic of the actual period of capitalism (since 1970). Discourses of workers of the Settlement Coqueirinho (Ceará) obtained through interviews and participant observation were analyzed using strategies based on Critical Discourse Analysis (CDA) developed by Fairclough (2001, 2003, 2005) and Fairclough e Chouliaraki (1999) and elements of the New Sociology of Capitalism by Boltanski and Chiapello (1999). The analysis shows that despite criticizing capitalism, the discourse of the workers operates to reproduce forms of representation, interaction and identity features of the system of justification that characterizes the new spirit of capitalism.

Keywords: Solidarity Economy; New Spirit of Capitalism; Critical Discourse Analysis.

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: camila_maiapsi@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: idilvapg@ufc.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da inserção laboral da primeira autora em grupos que desenvolvem atividades de Economia Solidária (ES) no Ceará, mais especificamente, na função de consultora social vinculada a uma organização não governamental que oferece apoio à formação de associações e cooperativas. Ao realizar o acompanhamento de alguns empreendimentos solidários, notou-se que, na medida em que os trabalhadores envolvem-se na prática de trabalho solidária, ocorre um processo de transformação do modo como representam a si mesmos e como significam o mundo, das suas relações de trabalho e dos valores que julgam importantes. O trabalhador solidário vai, paulatinamente, abandonando uma visão pessimista de si, ou seja, uma concepção baseada na incapacidade, na impotência e na predestinação a uma condição de pobreza, em favor de uma percepção mais otimista, que sugere uma forma de empoderamento. O indivíduo passa a se construir como sujeito capaz de superar sua condição de pobreza, uma vez que não é mais submetido às vontades de um patrão, que é proprietário do seu empreendimento e que decide sobre seus rumos. Deste modo, esses trabalhadores passam a defender que a prática de trabalho solidária é mais compensatória do que o trabalho assalariado e que relações laborais baseadas na cooperação e na solidariedade são mais dignas.

Por outro lado, a maioria dos trabalhadores que se inseriam em formas de trabalho coletivo vivia, antes, em condição de extrema pobreza, desenvolvia trabalhos precários e informais ou havia passado por longos períodos de desemprego. Nesses termos, a adesão a atividades coletivas não se constituía uma escolha e, sim, a única forma de garantir sua sobrevivência. Além disso, fazia-se questionável a liberdade e a dignidade defendida pelos trabalhadores. Primeiro porque os empreendimentos não se mostravam sustentáveis, dependendo de apoio financeiro de empresas privadas ou governamentais, da rede

de empreendimentos à qual estavam vinculados e do próprio apoio à gestão prestado pela organização não governamental. Segundo porque, para garantirem minimamente seu sustento, eram submetidos a longas jornadas de trabalho e obrigavam-se a baixar o preço de seus produtos, em busca de maior competitividade. Junto a isso, somava-se a fácil migração destes trabalhadores para outras formas de trabalho, em períodos de baixa das vendas. Torna-se evidente, assim, uma dissonância entre os discursos dos trabalhadores em apologia à ES e suas condições reais de trabalho.

Para compreender tal dissonância, é preciso maior reflexão sobre o discurso do empreendedorismo solidário. Consta-se o crescimento de políticas sociais no país, sobretudo nos últimos dez anos, voltadas para a transferência de renda, para a facilitação de crédito, para o fomento do empreendedorismo individual bem como para a promoção de empreendimentos baseados na ES. O discurso governamental tem posicionado essas políticas como estratégias de diminuição das desigualdades sociais e como solução para os problemas de violência. Em contrapartida, o montante investido, de fato, nesse âmbito é irrisório, enquanto vultosa parte do PIB nacional é direcionada para a manutenção do equilíbrio do mercado financeiro. Isso nos leva a pensar sobre o que está em jogo quando o Governo Federal promove campanhas em prol da ES, cria uma Secretaria Nacional de ES, incorpora os incentivos a essas formas de trabalho como estratégia principal de combate à miséria. A hipótese aqui levantada é que o processo de incorporação da ES por práticas governamentais é tributário das últimas reestruturações do capitalismo, na medida em que oculta a contradição entre a produção de desigualdades e o acúmulo de capital. Ao mesmo tempo em que práticas solidárias de economia proporcionam aos trabalhadores condições materiais de sobrevivência, mesmo que mínimas, trazendo-lhes certo empoderamento, permitem a reprodução pacífica do capital, uma

vez que esses mesmo efeitos mascaram as condições de vida precárias desse trabalhador e arrefecem sua necessidade de reivindicação.

Para compreender essas contradições e ambiguidades que caracterizam o cenário da ES no Brasil, utilizamo-nos da relação entre transformações do capitalismo, crítica e ideologia desenvolvida por Boltanski Chiapello (2009). Para eles, o capitalismo é um sistema absurdo por natureza e, por isso, carece de justificativas que garantam a adesão de pessoas a seu modelo produtivo. Essas justificativas compõem o que os autores chamaram- de forma weberiana - de “espírito do capitalismo”, isto é, a concepção dominante ou a ideologia que visa a convencer os seus possíveis adeptos de que este sistema econômico oferece segurança, é estimulante para o sujeito e é um sistema justo, ou seja, bom para o bem comum. As justificativas, por sua vez, dependem de crenças arraigadas socialmente em determinada época e lugar; elas se utilizam, inclusive, de valores que são contrários ao capitalismo. É nesse sentido que os autores afirmam que a crítica é uma das principais fontes de reestruturação do capitalismo. Cada espírito do capitalismo que surge incorpora parcialmente as reivindicações da crítica empreendida contra um espírito anterior. E é justamente, ao responder essas críticas, que o capitalismo as desarticula, torna-as inócuas, sem força reivindicatória.

Os autores conceberam a existência de três espíritos do capitalismo até hoje. O último, denominado de “novo espírito do capitalismo”, vem se configurando desde a década de 1970, a partir da incorporação da crítica contra o segundo espírito, referente ao modo de produção vigente no capitalismo industrial (especialmente entre 1940 e fim dos anos 1970). O terceiro ou novo espírito, baseia-se num discurso de flexibilidade, de conectividade, de autonomia e de empreendedorismo pessoal. Faz apologia ao funcionamento em redes e dissemina a ideia de que os sujeitos merecedores de apreço ou de sucesso, ou seja, os “grandes”, são aqueles que são ativos, autogerem-se, cooperam uns

com os outros e trabalham em prol da difusão das redes de conexão.

Percebe-se, então, que as críticas ao capitalismo empreendidas por representantes da ES, hoje, alinham-se mais a reivindicações contra o segundo espírito do capitalismo – caracterizadas pela denúncia da racionalização do trabalho, da hierarquia vertical das grandes empresas, da falta de liberdade dos trabalhadores, etc. – do que contra o terceiro espírito. Assim sendo, essas críticas perdem sua virulência, ou seja, ficam deslocadas frente às novas determinações capitalistas. Contraditoriamente, as formas de justificação do “novo espírito” aproximam-se dos princípios e valores da ES, como os relacionados à cooperação, à liberdade, à autonomia e à justiça social.

As práticas de ES são parcialmente discursivas de forma que a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC) torna-se um instrumento de análise fundamental para esta investigação. Dentre outros motivos, porque permite pensar a relação entre discurso e estrutura e porque tem como objetivo a denúncia de formas naturalizadas de discursos que impõem, hegemonicamente, formas de ser, de se relacionar e de representar o mundo. A partir desta perspectiva, discutimos como a incorporação da ES por setores se dá mediante a construção de discursos híbridos que apaziguam as contradições entre capital e trabalho e se aproximam do novo espírito do capitalismo.

Para atingir tais objetivos, investigamos os discursos dos trabalhadores da Associação Cooperativa dos Produtores do Assentamento Coqueirinho (ACOOOPAC) radicada no município de Fortim – CE. Esse grupo formou-se em 1995 por ocasião das políticas de assentamento ligadas à Reforma Agrária, capitaneadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sua atividade econômica principal é a agricultura, no entanto, desenvolvem outras formas de trabalho que complementam sua renda, como o turismo comunitário e a venda de artesanatos e cosméticos, produzidos na própria comunidade.

MOLDURAS TEÓRICAS: CAPITALISMO, CRÍTICA E IDEOLOGIA

O sistema capitalista se reestrutura, a partir da década de 1970, através do “sucesso” do mercado financeiro e das fusões de multinacionais sob condições de políticas tributárias favoráveis por parte dos governos. Há um incentivo à flexibilização do trabalho que consiste na realização de contratações temporárias, disponibilização de horários flexíveis, aquisição de mão de obra substituta, criação de novas formas de gestão empresarial e desenvolvimento de novas tecnologias. Isso resulta num quadro de diminuição dos salários, aumento do índice de desemprego, derrocada das conquistas de proteção social, aumento das mazelas sociais provenientes do empobrecimento populacional, tais como aumento da violência, medo generalizado de perda do trabalho, falta de perspectiva de futuro, degradação da família e sentimento de ameaça constante. (Boltanski & Chiapello, 2009).

A crítica, que exerceu um forte papel de regulação do capitalismo entre as décadas de 1930 e 1970, não acompanhou essas transformações, resumindo-se a um estado de insatisfação generalizado, mas, inócuo, uma vez que não desenvolveu novas formas de análise promotoras de novas utopias sociais. As reivindicações de autonomia, justiça social e liberdade que compunham a crítica desenvolvida pelos movimentos sociais de 1968 perderam sua força, uma vez que a nova versão de capitalismo emergente englobava parcialmente essas exigências. A crítica perdeu fôlego, uma vez que as novas formas de gestão tornaram-se menos hierárquicas, menos controladoras e contando com a participação e engajamento de seus trabalhadores. (Boltanski & Chiapello, 2009).

Para garantir seus processos de acumulação, o capitalismo, segundo os autores, precisou desenvolver novas formas de justificação, oferecendo garantias para quem o sustenta: a burguesia e a classe assalariada. Para dar conta dessas justificações necessárias à legitimação do capita-

lismo, os autores se utilizaram da noção de espírito do capitalismo, desenvolvida por Max Weber em sua obra *A Ética protestante e o espírito do capitalismo* (1920/1964 citado por Boltanski & Chiapello, 2009) que, segundo eles, permite relacionar de forma eficaz capitalismo e crítica.

O capitalismo é um sistema absurdo tanto para o capitalista (que está preso a um processo infundável de acumulação não necessariamente relacionado com a satisfação de suas necessidades) quanto para o assalariado (que tem o produto de seu trabalho alienado), de modo que há a necessidade de justificações para que ambos se engajem no sistema. Essa adesão não se justifica nem pelo fator monetário nem pelo coercitivo. O que justifica a adesão ao capitalismo são garantias tanto individuais quanto relativas ao bem comum que o sistema pode oferecer. É neste ponto que se destaca o papel da ideologia, entendida aqui não como discurso que oculta a realidade a favor de interesses econômicos, mas, sim, como um discurso ancorado à realidade, consistindo em crenças compartilhadas que se engendram através de instituições e de ações. Elas funcionam nos processos de reprodução da ordem social, uma vez que fazem com que os indivíduos não considerem tão insuportáveis as suas condições de vida ou que acreditem ser a ordem capitalista inevitável. O espírito do capitalismo é considerado, então, como “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 39).

Essas justificativas precisam tanto dar respostas satisfatórias para o bem comum, como necessitam oferecer garantias individuais e ser fonte de “entusiasmo” para os sujeitos. Além disso, elas são pautadas em crenças compartilhadas em determinado período histórico, inclusive naquelas que lhe são opostas, e nas próprias práticas que as constituem.

Nesta pesquisa, argumentamos que os incentivos governamentais no âmbito da ES produzem discursos que incitam à co-operação, ao empreendedorismo e à auto-

gestão das classes populares que, por sua vez são inculcados nas construções identitárias e nos modos de se relacionar desses trabalhadores. Esses discursos formam um amálgama entre o discurso neoliberal e os discursos que reivindicavam soluções para a crise do desemprego nas décadas de 1980 e 1990, defendidos anteriormente por movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda, de modo geral, partidários dos ideais dos movimentos operários do século XIX e dos movimentos sociais de 1968.

A assunção do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores (2002) fomentou diversas expectativas de mudança, de resolução dos problemas sociais, sobretudo, em relação à pobreza. A criação da SENAES foi uma das estratégias utilizadas para a superação da pobreza e do desemprego. Por outro lado, foi desenvolvida uma política fortemente pautada no neoliberalismo e no desenvolvimentismo, o que insere esse governo em aparente contradição. Aparentemente porque é justamente através desses processos de incorporação de elementos da crítica que o discurso governamental a arrefece e a torna inócua. Dessa forma, o caráter inofensivo da ES frente à ordem social vigente, por mais que seus representantes se contraponham a isso, deve-se em parte ao fato de que esta não se dirige aos problemas práticos e dilemas morais do capitalismo em seu modelo atual. Em nosso estudo, buscamos investigar como os trabalhadores solidários justificam seu tipo de empreendimento e como tais justificativas podem ou não consistir em efetivo afastamento das formas e ideologias do capitalismo vigente.

Boltanski, em seus trabalhos com Thévenot (1991, citado por Boltanski & Chiapello, 2009) utiliza o conceito de ‘cidade’, para se referir aos regimes de justificação ou ordens legítimas que “são dotadas de uma validade geral e que estão num nível acima das situações concretas e particulares avaliadas pelas pessoas, constituídas por convenções geralmente aceitas numa sociedade para julgar a justiça de arranjos sociais” (Fairclough &

Chiapello, 2002, pp. 189-190), por exemplo, se uma distribuição de bens é justa ou não ou se as atribuições de um sujeito são dignas ou não.

A noção de justiça é entendida pelos autores a partir do conceito de ‘grandeza’ que significa aquilo que está em jogo em determinada época e lugar, isto é, o que merece ser considerado por determinado grupo social ou, mais especificamente: “parte da ‘gramática’ da cidade que se refere aos valores celebrados num regime de justificação ou ‘cidade’ em que o ‘grande’ é a pessoa que encarna fortemente os valores daquela cidade e o ‘pequeno’ é o que carece deles.” (Fairclough & Chiapello, 2002, pp. 190). Outro elemento da “gramática” da cidade é o ‘princípio de equivalência’ que se trata do critério a partir do qual se pode avaliar pessoas, ações e coisas em dada cidade.

Cada espírito do capitalismo precisa responder satisfatoriamente a questões relacionadas ao estímulo, à justiça e à segurança. O terceiro ou novo espírito do capitalismo, que os autores tentam desvendar, baseia-se na ‘cidades por projetos’ que se utiliza de todo o aparato discursivo das reivindicações da década de 1960 – autonomia, não exploração, flexibilidade, fim das hierarquias – mas sem comprometer-se com a diminuição de desigualdades, com a eliminação da pobreza e com a manutenção dos direitos dos indivíduos.

Além disso, como as onerosas garantias oferecidas pelo Estado Providência dos países mais desenvolvidos (e veiculados no “segundo espírito”) impediam a acumulação irrestrita, no capitalismo nos anos 1980 e 1990, criaram-se novas formas de gestão empresarial, para maximizar o lucro, a partir de algumas ideias-chave, como a criação de empresas mais enxutas e menos hierárquicas, organizadas em redes de trabalhadores reunidos em equipes ou “por projetos”. Nesse novo espírito, passa-se a fazer uma apologia às capacidades emocionais dos indivíduos como resposta à crítica à mecanização e à racionalidade do trabalho característicos da empresa fordista e

burocratizada, com o argumento de que o capitalismo tem se tornado mais humanizado. (Boltanski & Chiapello, 2009).

A metáfora da rede funciona como um substrato da “cidade por projetos”. Esta metáfora encontra espaço na esteira do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e de transporte, que possibilitaram novas formas de trabalho e o encurtamento do tempo e do espaço. “Rede” evoca um mundo conexcionista, de celebração da conectividade, do estabelecimento de elos e parcerias entre indivíduos, empresas, projetos. O discurso também define que tais relações de cooperação devem ser orientadas por transparência, confiança e responsabilidade, valores inalienáveis desta ordem social.

Em relação às garantias, o impasse deriva de que o novo espírito do capitalismo rechaça qualquer tipo de burocracia e hierarquia (que antes possibilitava as garantias aos trabalhadores). É enfatizado, sobretudo, que as pessoas abram mão das garantias em favor de uma maior liberdade. O ideal aqui é que elas não persigam carreiras estáveis, mas que tenham a oportunidade de passar de um projeto a outro. Difunde-se que quanto mais sucesso tiver em um projeto, mais facilmente conseguirá novos. A palavra de ordem é a empregabilidade, ou seja, a capacidade de mobilizar competências necessárias para a execução de determinado projeto. Esse modelo faz com que as pessoas procurem tirar o máximo de proveito das relações que travam. Associado ao enfraquecimento de formas tradicionais de controle e organização dos trabalhadores (a empresa centralizada, os sindicatos), aposta-se na ética pessoal e na reputação como resolução dos problemas e satisfação da crítica. As pessoas manterão a ética, para terem boa reputação e, assim, garantirem sua empregabilidade, sua participação em projetos.

Apesar de atender parcialmente às críticas endereçadas ao capitalismo industrial, o novo espírito vem tendo que justificar, nem sempre com êxito, os efeitos negativos da globalização e da nova ordem

capitalista: degradação da situação econômica, da posição social e da estabilidade profissional, a precarização laboral, a redistribuição do capital excedente em favor do capital e em detrimento do trabalho e os aspectos nefastos da mobilidade.

Trazendo essas reflexões sobre o novo espírito do capitalismo para o âmbito da Economia Solidária, percebemos uma aproximação dessas formas de atividade produtiva com o novo espírito do capitalismo, uma vez que seu discurso costuma se harmonizar com a “cidade por projetos”, seja quanto ao princípio de equivalência (estar em atividade, iniciar projetos, conectar-se à distância), seja quanto ao estado de grandeza (adaptabilidade, flexibilidade, polivalência etc.). Como descrito anteriormente, estamos inclinados a pensar que o discurso da ES constitui uma forma híbrida que envolve justificativas mais ou menos favoráveis ao capitalismo pós-industrial e que, portanto, oscilam em seu potencial crítico. Esta hibridação ocorre através de processos de inculcação de ordens de discursos na construção identitária dos trabalhadores, bem como por processos de ordenamento das interações sociais entre eles.

CAMINHO METODOLÓGICO

Tendo o objetivo de analisar o discurso de trabalhadores de ES e o quanto aderem ao novo espírito do capitalismo ou dele se afastam, foram realizadas visitas à Associação Cooperativa dos Produtores do Assentamento Coqueirinho (Fortim-CE). Este assentamento foi selecionado para a pesquisa em virtude de facilidade de acesso da primeira autora, que já conhecia a ACOOPAC através do seu trabalho como consultora. Lá, após contatos e acordos iniciais para explicação da pesquisa, convite aos participantes e cumprimento dos requisitos éticos, foram realizadas observações participantes no local e seis entrevistas com alguns de seus integrantes. Optou-se pelo modelo de entrevista semiestruturada, uma vez que os objetivos

dirigiam-se a questões específicas, como as justificativas utilizadas por esses trabalhadores para aderirem a um formato coletivo e autogestionário de trabalho. Os pontos levantados incluíam: processo de construção da comunidade, motivos que os (as) levaram à adesão ao trabalho autogestionário, benefícios do trabalho realizado, diferenças do trabalho autogestionário em relação ao trabalho assalariado, mudanças decorrentes da adoção desta forma alternativa de trabalho, dificuldades enfrentadas no trabalho, capacidade de reprodução da vida gerada pelo trabalho, imagem de si mesmo construída a partir da adoção do trabalho autogestionário, conceito e crença no poder transformador da ES. Apesar disso, tentou-se manter a informalidade nas conversas, permitindo que os entrevistados se expressassem livremente.

As visitas foram registradas em diários de campo e por meio de imagens, quando consentidos pelos sujeitos de pesquisa. As transcrições das entrevistas bem como os diários de campo foram analisados mediante Análise Crítica de Discurso (ADC) e as análises, articuladas com conceitos desenvolvidos pela Nova Sociologia do Capitalismo.

A Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2001, 2003, 2005; Fairclough & Chouliaraki, 1999) oferece um enquadre teórico-metodológico “capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere” (Resende & Ramalho, 2006, p. 11 e 12). A ADC tem se apresentado como uma forma de pesquisa crítica das mudanças sociais da sociedade contemporânea, que se compromete com o desvelamento de “naturalizações” produzidas hegemonicamente e de seus investimentos ideológicos e políticos. Assim, pode ser instrumento de conscientização e transformação social (Fairclough & Chouliaraki, 1999). A ADC mostra-se perspectiva importante em nosso estudo, pois focalizamos o papel da linguagem nos processos de significação

no campo da ES, principalmente no que tange aos efeitos de poder e dominação de certos discursos.

Com o intuito de melhor relacionar a prática social com o seu momento discursivo, Fairclough e Chouliaraki (1999) propuseram que as análises críticas de discurso fossem complementadas por métodos etnográficos. Para eles, uma abordagem etnográfica forneceria elementos do contexto extradiscursivo que somente a análise linguística não oferece. Além disso, uma descrição mais concreta da prática social possibilita uma contextualização do discurso, de modo a fazê-lo mais compreensível e permite identificar que orientações discursivas estão em jogo e qual a relação entre elas, se de concordância ou de tensão. (Resende, 2008). As visitas e observações feitas tinham essa finalidade.

Como procedimento de análise das transcrições das entrevistas, buscamos identificar significados sobre a ES que constroem certos modos de agir, de representar e de ser no âmbito das práticas sociais dos cooperados ouvidos. Em seguida, discutimos como esses significados se articulam em formas de justificação da ES que podem ser cotejadas com as reflexões sobre o novo espírito do capitalismo, apresentadas anteriormente.

Segundo Fairclough (2005), o discurso figura de três diferentes formas dentro de uma prática social, cada uma correspondendo a uma diferente função. A cada função do discurso corresponde uma relação específica entre texto e elemento da prática e, a cada interação dessas, corresponde um tipo de significado do discurso. O significado acional ou interacional corresponde ao discurso utilizado como modos de agir ou interagir. O significado representacional refere-se ao discurso como representação dos aspectos físicos, sociais e mentais do mundo. E por fim, o significado identificacional diz respeito ao discurso utilizado na construção e negociação de identidades (Resende & Ramalho, 2006) que são, respectivamente, modos relativamente estáveis de agir, de ser e de re-

presentar. Outras categorias mais específicas propostas pela ADC foram utilizadas na análise das transcrições e são descritas mais detalhadamente abaixo.

A CIDADE POR PROJETOS NO DISCURSO DA ACOOPAC

Apresentamos aqui apenas uma parte dos resultados da análise realizada, focalizando alguns significados sobre a ES que se destacaram. A ADC propõe categorias específicas que orientam a análise dos significados acional, representacional e identificacional nos textos. Na análise do discurso dos trabalhadores da ACOOPAC, utilizamo-nos das categorias de “negociação das diferenças” para a abordagem do significado acional, de “representação de atores sociais” para o significado representacional e, por fim, de “presunção valorativa” e de “modalidade” para o significado identificacional,

A negociação de diferenças refere-se à disputa entre representações e pode ocorrer através de construções discursivas que valorizam ou desvalorizam determinadas formas de ser e de agir. (Resende & Ramalho, 2006). Os trabalhadores entrevistados constroem-se marcando sua diferença em relação aos trabalhadores autônomos individuais e assalariados. Nesse sentido, tendem a usar formas de representação díspares de si e dos demais trabalhadores, enaltecendo seu próprio tipo de trabalho em desfavor daquele adotado por “outros”. A análise da negociação de diferenças revela também os padrões de comparação utilizados e como se aproximam da noção de “grandeza” do novo espírito do capitalismo. O trecho a seguir ilustra essa estratégia:

ASSOCIADO 1- É muito complicado porque eles não agilizam o negócio [...] as outras associações, como são individuais, tira madeira, vende madeira, que é proibido. O INCRA, nós já fizemos a denúncia, sabe disso, mas não vem, fazer nada, não. En-

tão, eu, com a minha consciência, que não posso vender madeira, pois minha associação não permite, está no estatuto e tal. Nós fizemos meio para nós. Não somos da ACOOPAC? Olhe nenhum assentado pode tirar madeira para vender, então pronto. Nós aceitamos. Então nós fecha o olhos e vamos pedir a demarcação do nosso terreno, da nossa área.

Aqui observa-se o fundamento ético utilizado para a negociação das diferenças. O “grande” é aquele que respeita a natureza, cumpre as leis, repudia práticas ilegais, que retribui a confiança do grupo a que pertence, agindo dentro das regras estabelecidas. Já o “pequeno” é o que se comporta de forma contrária. Percebe-se ainda que o discurso do entrevistado estabelece uma correlação entre o trabalho individual e a prática ilegal, como o contrabando de madeira. Isso parece indicar que o exogrupo (“eles”), diferentemente do endogrupo (“nós”), é homogeneizado como os trabalhadores adeptos do capitalismo não sustentável, ecologicamente incorreto, cujas trocas causam danos ao bem comum, são injustos e moralmente repreensíveis..

Em relação à representação de atores sociais, os modos como são construídos no texto “podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades” (Resende & Ramalho, 2006, pp. 72). Aqui interessa observar “quais atores sociais são incluídos ou excluídos na representação e quais atores é dada proeminência” (p. 106). Os enunciados podem representar atores de forma ativa ou passiva, atribuir ou negar agência a pessoas e instituições e ofuscar ou enfatizar a responsabilidade por ações e atividades. Podemos observar algumas estratégias de representação do INCRA e seus efeitos na transcrição do entrevistado abaixo, descrevendo a relação dos cooperados com o órgão:

ASSOCIADO 1 – Sim, gente, manter a história é importante, mas aqui foi dezessete anos de luta,

o próprio INCRA já deu as costas para a gente. Hoje está dizendo que nós somos modelo, porque nós passemos por cima, não baixemos a cabeça e corremos atrás. Hoje a gente chega lá para reunião é bem recebido. Como nós começamos a andar com as nossas pernas, encaremos, brigamos [...] fecharam as portas para a gente porque não aceitavam esse negócio de turismo, mas depois que botamos para a frente, chamamos nossos parceiro aí foi que [...] Porque assim, a questão do INCRA, é a questão burocrática né. Mas é porque tem um pessoal velho no INCRA, um pessoal muito antigo [...] O ano passado, na reunião do INCRA que foi aqui... passa o ano todinho sem aparecer no assentamento, a reunião que vem, a gente pensando que vem alguma novidade, manda é ajeitar cadastro, ajeitar num sei o que... e o que é sério mesmo não acontece que é a questão da reforma, assistência técnica, a questão desses créditos para a reforma de casa, a questão de conseguir projeto para a questão do semi-árido, a questão das mandalas. Isso não acontece... De primeiro, a gente ia muito para lá, agora não, a gente começa fazendo o nosso trabalho aqui certinho e começa a ser divulgado. Mas enquanto não sai de lá de dentro do INCRA, meu irmão [...] Só que agora a gente deixou de estar falando, mas estamos fazendo na prática, aí hoje nós somos assentamento modelo, por que? Porque nós partimos, fomos buscar... porque o INCRA fechou as portas para a gente.

Notamos que o associado refere-se de forma negativa a certos profissionais do INCRA, embora não nomeie os funcionários da entidade que são objeto de crítica. Em alguns trechos, a queixa dirige-se a “um pessoal velho no INCRA, um pessoal muito antigo” que parece implicar que os representados adotam uma antiquada posição burocrática avessa aos interesses da asso-

ciação. Noutras passagens, a inclusão desses atores no texto se dá mediante o mecanismo de impessoalização (quando os atores são representados de forma impessoal) por objetivação, isto é, por referência metonímica ao local em que desempenham suas atividades. Esse tipo de representação despersonalizada, em que o INCRA aparece como sujeito – “deu as costas”, “manda é ajeitar cadastro”, “fechou/fecharam as portas” – tem o efeito de enfatizar o poder anônimo da entidade, embora grande parte do discurso seja voltada para contrastar afirmativamente a agência do grupo (“nós”, “a gente”). Apesar das várias ocasiões de afirmação do êxito alcançado mediante o esforço e a agência dos próprios trabalhadores, a autoridade burocrática é realçada como o grande obstáculo ao sucesso dos cooperados e aquilo que impede que os resultados e benefícios (“questões”) “aconteçam”. Noutra perspectiva de análise, não deixa de ser paradoxal que a autonomia, não dependência e autogestão da cooperativa ocorram, na ótica do entrevistado, justamente como resultado (ou efeito colateral) do não cumprimento das responsabilidades e obrigações da instituição governamental. É a contínua falta de apoio concreto do Estado, sua burocracia, que obriga os associados a buscarem alternativas e, em consequência, alcançarem êxito e reconhecimento.

Na perspectiva de Boltanski e Chappello, as entrevistas revelam que o discurso híbrido dos cooperados está em afinidade com a ordem de discurso hegemônica, veiculando os valores de independência, autonomia e auto-responsabilização. O trecho a seguir, que descreve as atividades econômicas coletivas, denuncia sua participação no novo espírito do capitalismo:

ASSOCIADA 2 – A gente elabora um projeto. O projeto de mandala foi uma elaboração do Governo Federal e Estadual. A Cáritas foi uma das entidades que ajudou mais a nós. Mas, hoje temos a Caiçara, ONGs do turismo e tem o Amigo da Praia, tem o Terra Mar. A gente tem algumas entidades não governa-

mentais que trabalha com a gente né. Aí tem também as governamentais. Aí tem esse projeto, da Copa, que é, nós elaboramos o edital e a gente concorreu e ganhamos no Estado do Ceará sobre a questão de produção né, de trabalhos... fomos nós que ganhamos [...]

O trecho ilustra o funcionamento reticular da associação pesquisada, fazendo com que esta se aproxime da “cidade por projetos”. A rede de apoio da ACOOPAC é ampla e heterogênea, uma vez que é formada por instituições governamentais e não governamentais que atuam em esferas diversas. Os trabalhadores representam essa intensa conexão como algo bem vindo, importante para a manutenção da associação e para o complemento de renda das famílias. No entanto, o funcionamento em redes contradiz a ideia de autonomia que os trabalhadores julgam ter, uma vez que apontam para uma forma complexa de dependência dessa rede. Podemos inferir da análise do discurso que, sem o apoio de todas essas organizações, Coqueirinho não seria um assentamento modelo.

Além da ideia de conexão, a ACOOPAC organiza-se sob o modelo de diversos projetos, conseguidos através dessa rede de apoio descrita acima. O trecho a seguir é interessante para percebermos essa organização por projetos:

ASSOCIADA 2 – A gente tem o projeto do turismo, que é restaurante que fazemos, aqui, chalé. Esse projeto de turismo trabalha três família. No chalé trabalha são quatro mulheres hoje né. Aí nós temos um grupo, um projeto que nós criamos. Nós fomos a busca, nós não criamos. Para ajudar os jovens do assentamento. Hoje eles tem um grupo de jovens que trabalha com audiovisual.[...] Eles trabalham dando cobertura para os aniversários. Esse ano nós conseguimos fazer uma sede para eles. Aí tem o projeto de cosmético, [...] duas fa-

mílias que trabalham com esse projeto. Sabonete líquido, sabonete em barra, todos os produtos são daqui. Aí tem um grupo que trabalha com apicultura. Então esses projetos vem fortalecendo a agricultura familiar porque a gente vive da agricultura, mas não só da agricultura, esses projeto vem enrijecer, vem somar, assim a gente consegue estar dentro do assentamento né.[...] Tem outras famílias que trabalham com mandala.[...] Mas a gente luta por isso para que outras famílias tenham acesso a isso e também, através disso, vem a consciência das pessoas. Trabalhar em grupo, trabalhar coletivamente que é para poder produzir as coisas e produzir melhor, com responsabilidade..

Os trabalhadores desenvolvem inúmeros projetos que são conduzidos por grupos menores formados por integrantes da associação. Percebemos que a criação de novos projetos depende da rede de conexão citada, no entanto, a manutenção e renovação deles é resultado da “luta” dos trabalhadores. Na argumentação, nota-se o estado de “grandeza” da cidade orientada por projeto, o esforço para “difundir os benefícios das conexões sociais e de gerar entusiasmo” (Chiapello & Fairclough, 2002, pp. 189). A conectividade constitui um imperativo ético no discurso dos trabalhadores, apontando para uma constante receptividade a novos integrantes da ACOOPAC. Espera-se que, tanto os trabalhadores assalariados quanto os que são das outras associações, ao observarem os benefícios e as vantagens da ACOOPAC, convençam-se facilmente da viabilidade do trabalho coletivo.

Quanto aos aspectos identificacionais do texto, observamos a adoção de presunções valorativas, “os casos em que a avaliação [do que é considerado desejável ou indesejável] não é engatilhada por marcadores relativamente transparentes de avaliação, em que os valores estão mais profundamente inseridos nos textos” (Re-

sende & Ramalho, 2006, pp. 80). Uma das presunções é a do valor do “envolvimento direto” com a ES:

ASSOCIADO 1 - Você vê aqui no Coqueirinho, é um grupo de dez a quatorze famílias que está envolvido, o resto não está envolvido diretamente. E a gente ainda é criticado, é chamado de grupinho [...] Você tem que escutar, tem que saber entender... Eu tenho minha vizinha, ela não quer se envolver com o turismo, mas eu tenho que respeitar a opinião dela, porque ela é minha vizinha, minha companheira e eu tenho que trabalhar respeitando ela. No dia que ela notar que está dando certo, aí ela vem se encostar. Por isso, a gente diz que o nosso turismo aqui, os braços estão abertos.

Outra estratégia é a da “modalidade”, isto é, “o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz” (Halliday citado por Resende & Ramalho, 2006, p. 80). A noção de dever – “tem que saber entender”, “eu tenho que respeitar” – constitui uma modalidade deontica, caracterizando o entrevistado como fortemente comprometido com a proposta da ES e com as atividades concretas da sua cooperativa, de modo a se posicionar acolhedoramente a potenciais parceiros, mesmo os mais reticentes (tais como sua vizinha).

Na perspectiva de Boltanski e Chiapello, a análise leva a observar em que os empreendimentos coletivos solidários podem ser “estimulantes” para seus integrantes. Buscam-se aqui indícios de que o discurso dos trabalhadores do Coqueirinho revelam certas justificativas de adesão à ES que são compatíveis com o novo espírito do capitalismo: ser fonte de inovação constante, de transformações permanentes, de crescimento pessoal, de bem estar e de autorrealização, de desenvolvimento da criatividade e, de repúdio a formas reprodutoras de exploração adotadas por empresas

capitalistas tradicionais. O trecho abaixo ilustra que essas fontes de estímulo estão presentes na fala dos entrevistados:

ASSOCIADA 2 – A gente se sente, muito importante, a gente se sente referência para o mundo, para pessoas que veem o assentamento como experiência, que vem para o assentamento buscar o modo de entender, para que possa passar para a mente de outras pessoas. Nós vive organizado em associação buscando, tendo relacionamento com entidades governamentais ou não governamental, para buscar isso para nós. Então, as pessoas visam o assentamento como exemplo para o seu modo de viver, para ver o horizonte que às vezes lá, onde eles estão, e não vê. Mas ele vem buscar conhecimento para poder crescer também lá do mesmo modo.

A associada relata o quanto é gratificante fazer parte da ACOOPAC, uma vez que esta é reconhecida por diversas pessoas como fonte de inspiração e modelo. O discurso do reconhecimento externo constrói uma forma de empoderamento do trabalhador solidário: este passa a se reconhecer como sujeito de valor, como alguém que está apto a ensinar as outras pessoas, cujo modo de vida é superior e merece ser adotado pelos outros. Nos próximos trechos, encontramos outros enunciados que evocam formas de empoderamento dos trabalhadores, associados à sensação de autonomia gerada pela ausência de patrão, pela posse da terra e dos meios de produção e pela oportunidade de gerir o próprio trabalho:

ASSOCIADO 3 – A diferença é que, quando a gente trabalha para o patrão, o que a gente arrecada é praticamente, só o dinheiro, é justamente o sustento que a gente tira para a família. Mas, quando a gente trabalha para a gente, tudo o que a gente trabalha para si é seu, né... Há

uma diferença muito grande. Além do recurso que você pode estar aderindo do produto, você também está cuidando do que é seu. É diferente de quem está cuidando do que é dos outros. Então o dinheiro é coisa que vai... que vem e volta, vai embora mesmo, se acaba, mas quando você cuida de uma coisa sua, aquilo ali é eternamente seu, ninguém toma. [...] É melhor do que a terra para um dono só. Porque quando é um dono só ele manda, desmanda, bota quem ele quer e aí a renda se torna só dele. Se a gente construiu uma terra acolá e construiu junto, toda a produção é rateada por igual para cada um, então, isso é renda distribuída.

Aqui, percebe-se que o trabalhador faz uma diferenciação entre trabalhar para si e trabalhar “para o patrão”. A primeira diferença que levanta é que o trabalho assalariado é infrutífero, uma vez que seu lucro é destinado, apenas, para o proprietário e não permite que o trabalhador construa nada para si. Afirma, ainda, que o dinheiro proveniente desse trabalho é efêmero “vem e volta, vai embora mesmo, se acaba” não sendo capaz, assim, de oferecer garantias para o trabalhador. O associado sugere assim a alienação da força de trabalho pelos donos dos meios de produção característica do capitalismo e constrói essa apropriação como algo injusto. Em contrapartida, posiciona o trabalho coletivo como algo mais digno, uma vez que ele permite a construção de coisas para si mesmo e para o grupo, sendo melhor do que o trabalho “para um dono só”. Assim, o trabalho coletivo é visto como algo bom para o bem comum, pois permite a “renda distribuída” e por consequência, o indivíduo que adere a essa forma de trabalho é mais justo do que aquele que trabalha para si mesmo ou para outra pessoa.

O espírito do capitalismo, para que se torne uma ordem social dominante, precisa oferecer garantias para os indivíduos e para a sociedade, ou seja, para o bem co-

mun. Precisa ser considerado estimulante, seguro e justo para todos os que nele se engajam. Nesse trecho, percebemos que o trabalho solidário, além de ser fonte de inspiração e de suposta segurança para os trabalhadores, é construído como a prática mais justa. Como aquela que proporciona uma melhor distribuição de renda, que está preocupada com a geração de trabalho para todos e que, portanto, funciona de modo a garantir a empregabilidade e a fomentar a rede de interações, assim como o novo espírito do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, percebemos que os associados da ACOOPAC valorizam de modo evidente o estabelecimento de redes para a garantia de projetos solidários. As entrevistas assinalam que o trabalho solidário é fruto dos benefícios proporcionados pelo modelo matricial de projetos, consolidados através da sua rede de apoio. O sentido que os entrevistados dão à palavra projeto consiste no agrupamento de pessoas em torno de determinada atividade, seja a agricultura, a produção de audiovisual ou o turismo comunitário, o que podemos aproximar à noção de projeto característico do novo espírito do capitalismo. A busca da difusão da rede também se manifesta no discurso dos trabalhadores, ensejando a ampliação das parcerias que permitam “conseguir mais projetos para agregar mais pessoas”.

O engajamento dos trabalhadores solidários estudados nos diversos projetos sugere que a atividade é adotada como princípio relevante. Além disso, eles geralmente se constroem de forma ativa, como sujeitos de luta, incansáveis, dispostos a travar mais conexões no sentido de incrementar a sua rede de apoio e, assim, engajarem outras pessoas em seus projetos. As atividades que desenvolvem também são diversas, variam desde a atividade agrícola, ao trabalho nos chalés e nos projetos audiovisuais.

Os projetos possuem a característica de provisoriedade. Contudo, diferentemente do que é valorizado e legitimado na cidade por projetos, os empreendimentos coletivos solidários são caracterizados por atividades que se pretendem duradouras, pois primam pela manutenção da sustentabilidade. Há forte dependência dos órgãos de fomento sem os quais seus projetos não teriam durabilidade. O que parece manter os trabalhadores engajados, neste aspecto, é muito mais a perspectiva de que a adoção dos valores solidários pode promover a sua sobrevivência e melhorar a sua condição social.

Na cidade por projetos, o “grande”, dentre outras características, é capaz de estabelecer laços de confiança; é o indivíduo participativo, flexível, sempre disposto a engajar-se em algum projeto e a trabalhar de forma cooperativa. Mas também é um indivíduo autônomo, no sentido de que pode optar ou não pela adesão a um projeto. Essas características podem ser observadas na maneira como os trabalhadores solidários posicionam a si mesmos. Defendem a necessidade de cooperar, de ser solidário, de se relacionar frente a frente com os outros, de forma ética e respeitável. Constroem-se como sujeitos autônomos, pois não se submetem a relações assalariadas, são donos de seu próprio negócio e têm o poder de decidir sobre os rumos deste. Forjam-se, também, como sujeitos flexíveis, capazes de assumir riscos em prol de sua liberdade, uma vez que abrem mão das garantias de um trabalho assalariado para apostar na gestão coletiva de um empreendimento que não lhe garante êxito algum. Neste caso, é preciso considerar que nem sempre a adesão dos trabalhadores à associação é puramente voluntária. Ela ocorre pela falta de oportunidade de trabalhos assalariados para alguns ou porque o trabalho coletivo apresenta-se como única forma de sobrevivência para outros.

Além disso, o discurso dos trabalhadores aponta para promessas relativas tanto a garantias individuais, de autorrealização e de certa proteção social, como

a garantias ao bem comum, uma vez que o trabalho coletivo é em prol de todos. Assim, a propriedade coletiva dos meios de produção, a divisão dos lucros, a autogestão do empreendimento, a não submissão a uma classe patronal ou a promessa de uma remuneração melhor que seus salários anteriores parecem ser, por um lado, os motivos principais da adesão de trabalhadores à ES e, por outro, a crença de que sua forma de trabalho é importante para a transformação do mundo, para o bem de todos e para a superação de formas de trabalho injustas.

É nesse mesmo sentido que podemos entender como o discurso dos trabalhadores da ES dialogam com o discurso governamental sobre a ES. As políticas públicas constroem a ES como algo importante tanto para os indivíduos empobrecidos, porque lhes confere poder de compra e autonomia, como para o bem comum, pois é capaz de reduzir as desigualdades, diminuir a violência e ser um caminho para a solução de diversas crises. No entanto, como comentamos anteriormente, os incentivos são pouco efetivos, uma vez que os recursos destinados são insuficientes ou, quando disponibilizados, não chegam a seu destino final por conta de injunções políticas.

Dessa forma, percebemos que o discurso dos trabalhadores da ES, ilustrado aqui nas entrevistas de trabalhadores do Assentamento Coqueirinho, pode ajudar a inculcar formas de ser, de agir e de representar que estão em sintonia com o novo espírito do capitalismo. Esse complexo processo pode implicar a criação de certos consensos entre os trabalhadores de ES, como a crença de que a filiação a formas de organização coletivas de produção são mais vantajosas, de que o trabalhador independente é mais digno que o trabalhador assalariado e de que é louvável assumir a responsabilidade pelos seus próprios problemas. O consenso é uma forma eficaz de tornar nebulosas as determinações de diversas contradições, uma vez que não é passível de contestação.

No entanto, é necessário ter em mente que esses consensos são estabelecidos e reatualizados cotidianamente no interior das práticas sociais através do pronunciamento dos próprios discursos e das práticas. A situação de hegemonia de uma ordem social não significa que essa seja permanente em qualquer circunstância. Em vez disso, ela está sujeita a transformações que são empreendidas através de lutas sociais que são parcialmente discursivas. Assim, a possibilidade de mudança de ordens sociais reside também nos discursos. Torna-se necessário, então, o reconhecimento das contradições dessa ordem social, para que esta possa ser transformada. É preciso colocar sob suspeita os consensos, tensionar os discursos dominantes para que estes, na tentativa de restabelecer a sua legitimidade, deixem transparecer o que não está dito.

REFERÊNCIAS

Boltanski, L. & Chiapello, E. (2009). O novo espírito do capitalismo. São Paulo: wmf martinsfontes,

Fairclough, N. (2001). Discurso e mudança social. Brasília: Editora UNB.

Fairclough, N. (2003). Analysing discourse. Londres: Routledge.

Fairclough, N. (2005) Critical discourse analysis. *Marges Linguistique*, 9, 76 – 91.

Fairclough, N. & Chiapello, E. (2002) Understanding the new management ideology: A transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse & Society*, 13 (2), 185 – 208.

Fairclough, N. & Chouliaraki, L. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Cambridge: Edinburgh University Press.

Resende, V. M. (2008). Análise de discurso crítica e etnografia: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. Tese de Doutorado em Linguística, Programa de pós-graduação em Linguística - Universidade de Brasília. Brasil.

Resende, V. M. & Ramalho, V. (2006). Análise de discurso crítica. São Paulo: Contexto.

Notas

(1) Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Recebido em 22 de março de 2014.

Aprovado para publicação em 20 de abril de 2014.